

A AUSÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO CONSERVADOR-RESTAURADOR E OS DANOS CAUSADOS NA ESCULTURA DE SANTO ISIDRO¹

NATÁLIA CORRÊA COUTO¹; DANIELE BALTZ DA FONSECA²

¹Universidade Federal de Pelotas – coutonat14@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – daniele_bf@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 2007, SÁ, GIBELLI E KETZER já chamavam a atenção para desafios relacionados à formação do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis, destacando a ausência da regulamentação da profissão, a falta de capacitação de parte dos profissionais e as consequências disso para a preservação da memória coletiva. Passadas quase duas décadas, embora a área tenha registrado avanços significativos, a regulamentação da profissão ainda permanece como uma lacuna. Nesse contexto, sua aprovação no Brasil representaria um marco essencial para a valorização e o reconhecimento da atividade, que desempenha um papel central na preservação do patrimônio histórico e cultural do país.

O Projeto de Lei nº 1183/2019 surge com o objetivo de estabelecer parâmetros claros para a atuação dos Conservadores-Restauradores, promovendo a qualidade técnica das intervenções e assegurando a integridade e a autenticidade dos bens culturais móveis. A ausência da regulamentação, contudo, expõe o patrimônio a riscos, ao permitir que pessoas sem a formação adequada atuem na conservação-restauração de obras. Nesse sentido, a regulamentação não deve ser entendida apenas como formalidade burocrática, mas sim como um avanço fundamental para o reconhecimento institucional da profissão e para a consolidação de sua relevância na salvaguarda do patrimônio cultural (COUTO, 2024).

Intervenções realizadas por profissionais não qualificados, muitas vezes motivadas pela falta de fiscalização e pela busca de soluções rápidas e de baixo custo, podem comprometer não apenas o aspecto estético de uma obra, mas também a integridade de seus materiais.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca apresentar um caso específico que ilustra os danos decorrentes da ausência da regulamentação da profissão: uma intervenção inadequada em uma escultura de madeira policromada, dentro de um museu. A partir desse exemplo, pretende-se evidenciar que, mesmo em instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural, a falta da regulamentação da profissão do Conservador-Restaurador pode gerar riscos concretos à preservação dos acervos.

¹ O presente trabalho está sendo realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e descritiva de um caso específico de intervenção indevida em uma escultura missioneira. A obra em questão, uma representação de Santo Isidro, foi escolhida por ter apresentado danos significativos resultantes de procedimentos realizados por um profissional não qualificado, o que possibilita exemplificar de forma concreta os riscos associados à ausência da regulamentação da profissão do Conservador-Restaurador.

Em 2021, a imagem passou por um processo de repintura conduzido por um profissional da área da museologia. O fato aqui apresentado, foi elaborado a partir da ficha de restauração do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), o qual foi possível constatar os registros da intervenção malsucedida. Também, analisou-se o relatório técnico executado pelo curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), que descreve o processo de conservação-restauração do bem cultural, realizado posteriormente.

Na ocasião, a intervenção ocorreu em um momento muito particular, durante a pandemia COVID-19, um período em que a equipe do museu estava reduzida, devido às restrições sanitárias. Em razão disso, a intervenção aconteceu sem qualquer forma de controle por parte da instituição. Como consequência, a escultura em questão foi retirada da exposição permanentemente, por receio das críticas vindas da perda da leitura da imagem.

Em 2023, um acordo de cooperação técnica foi firmado entre o curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) da cidade de Ijuí-RS. Juntamente com outras obras, a escultura do Santo Isidro passou por processo de conservação-restauração com objetivo maior de remover a repintura. Nesse contexto, as intervenções foram conduzidas por docentes e discentes do curso dentro da disciplina de Conservação e Restauração de Madeira II.

Figura 1 - Escultura exposta no museu antes da intervenção inadequada, chegada da escultura nos laboratórios da UFPEL e resultado da restauração



Fonte: Laboratório de Conservação e Restauração de Madeira, 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo ÁVILA *et al* (2023), a escultura do Santo Isidro mantinha sua integridade física preservada, mas, após a intervenção inadequada, foi classificada em estado de conservação insatisfatório. Isso ocorreu porque, apesar da estrutura material não ter sido gravemente comprometida, a obra perdeu valores simbólicos e históricos fundamentais, valores estes atribuídos tanto pelo museu quanto pela sociedade.

O relatório técnico evidenciou que a intervenção consistiu na aplicação de massa corrida de parede e de tinta esmalte sintético, materiais incompatíveis com a madeira policromada original. Essa repintura, aplicada de forma generalizada, resultou em recobrimento espesso de tinta, descaracterização estética e ocultação de policromias originais, algumas delas com vestígios de douramento. Além disso, a camada de esmalte mostrou alta resistência à remoção, exigindo testes sucessivos de solubilidade e uso de géis de solventes específicos para reduzir riscos adicionais (MADP, 2013).

Esses procedimentos não apenas comprometeram a leitura estética e iconográfica da escultura, como também afetaram a missão museológica da instituição. Como destaca PADILHA (2014), a tríade museológica, pesquisa, comunicação e preservação, depende da integridade do acervo, quando esta é perdida, a função social do museu também é prejudicada.

O episódio evidencia que práticas realizadas por profissionais não qualificados podem gerar consequências que vão além do plano técnico, atingindo a credibilidade institucional. Soluções rápidas e de baixo custo, desprovidas de embasamento ético e técnico, resultam em danos aos acervos, que poderiam ser evitados com a atuação de Conservadores-Restauradores devidamente capacitados. Nesse sentido, o caso reforça a urgência da regulamentação da profissão no Brasil, como forma de assegurar parâmetros claros para intervenções em bens culturais.

Em contrapartida, a conservação-restauração realizada em 2023 pela UFPel, em parceria com o MADP, demonstrou a importância da prática profissional qualificada. A remoção da repintura permitiu recuperar parte da leitura original da obra, além de transformar o caso em oportunidade pedagógica para estudantes e docentes, e para o debate público. A escultura, que chegou a ser retirada de circulação, converteu-se em objeto de estudo e conscientização, ganhando nova visibilidade em uma exposição no Museu do Doce, em Pelotas - RS.

Esse episódio também evidenciou reflexões mais amplas dentro da Universidade e do campo da conservação-restauração. Ao se tornar objeto de estudo e de exposição, no Museu do Doce, a escultura ultrapassou a dimensão de um caso isolado, transformando-se em instrumento pedagógico e de conscientização sobre os riscos da falta da regulamentação da profissão. Assim, o exemplo analisado contribui para o debate em torno da necessidade urgente de parâmetros legais que assegurem a atuação técnica e ética dos Conservadores-Restauradores no Brasil.

4. CONCLUSÕES

O caso da escultura do Santo Isidro demonstra, os riscos associados à ausência da regulamentação da profissão do Conservador-Restaurador no Brasil. A intervenção realizada por um profissional não habilitado, comprometeu valores estéticos, simbólicos e institucionais da obra, obrigando sua retirada de circulação e evidenciando a vulnerabilidade dos acervos mesmo em espaços museológicos.

Ao mesmo tempo, a posterior restauração realizada por profissionais qualificados e em ambiente acadêmico, evidenciou os benefícios da prática responsável, permitindo a recuperação parcial da leitura da obra e transformando um episódio de perda em instrumento pedagógico e de reflexão.

Assim, constata-se que a regulamentação da profissão não constitui mera formalidade burocrática, mas condição essencial para a salvaguarda do patrimônio cultural. Garantir que profissionais com formação específica atuem na área significa não apenas preservar objetos, mas assegurar que museus e demais instituições cumpram sua missão de transmitir à sociedade, com integridade, os bens que lhes foram confiados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Bruna *et al.* **Relatório técnico de restauro: escultura Santo Isidro do museu Diretor Pestana.** 2023.

COUTO, Natália Corrêa. **Processo de Restauração do Sexto Passo da Via Sacra da Catedral Metropolitana de Pelotas: Um estudo de caso sobre as potencialidades das ações de extensão do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis - UFPEL para com a comunidade local e sua necessidade relacionada a regulamentação da profissão.** TCC. Conservação e Restauração de bens Culturais Móveis. No Prelo.

DE SÁ, Ivan; GIBELLI, Alessandra; KETZER, Daisy. **A formação de profissionais em conservação no Brasil.** In: MAST Colloquia-Vol. 9. 2007. p. 145.

MADP. **Ficha de Restauração da obra “Santo Isidro”.** Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí, RS, 2023.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervos.** Coleção Estudos Museológicos, Volume 2. Florianópolis, FCC, 2014.